

Discurso de Mário Soares por ocasião da assinatura do Tratado de Adesão de Portugal às Comunidades Europeias (Lisboa, 12 Junho 1985)

Caption: Dia 12 de Junho de 1985, por ocasião da assinatura do Tratado de Adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia (CEE) e à Comunidade Europeia da Energia Atómica (CEEA), Mário Soares, primeiro-ministro português, descreve o papel que Portugal irá doravante desempenhar nos assuntos comunitários.

Source: Discurso de Mário Soares / Mário Soares.- Lisboa: RTP [Prod.], 12.06.1985. Radiotelevisão Portuguesa Serviço público de televisão SA, Lisboa. - VIDEO (00:21:46, Couleur, Son original).

Copyright: Transcription Centre Virtuel de la Connaissance sur l'Europe (CVCE)
All rights of reproduction, of public communication, of adaptation, of distribution or of dissemination via Internet, internal network or any other means are strictly reserved in all countries.
Consult the legal notice and the terms and conditions of use regarding this site.

URL:

http://www.cvce.eu/obj/discurso_de_mario_soares_por_ocasiao_da_assinatura_do_tratado_de_adexao_de_portugal_as_comunidades_europeias_lisboa_12_junho_1985-pt-0681895a-4ad6-4444-94fc-63304cof6f4a.html



Last updated: 04/07/2016

Discurso de Mário Soares por ocasião da assinatura do Tratado de Adesão de Portugal às Comunidades Europeias (Lisboa, 12 Junho 1985)

Ilustres plenipotenciários,
Minhas senhoras e
Meus senhores,

Nestes claustros velhos de quatro séculos juntam-se hoje o passado e o futuro de Portugal. Ao realizar aqui a cerimónia histórica da assinatura do Tratado de Adesão de Portugal às Comunidades Europeias, quisemos sublinhar que a fidelidade às nossas raízes e tradições constitui condição essencial para a construção do futuro.

Símbolo da cultura portuguesa e porque portuguesa europeia, marco de uma aventura que foi sonho e realidade e trouxe novos mundos ao Mundo, este monumento, património artístico universal, exprime bem o génio português e constitui uma referência insubstituível da sua história multissecular. Daqui, partiremos, pois, fechado o ciclo imperial, simbolicamente para uma nova arrancada que reinsira Portugal no contexto da unidade europeia, participando de pleno direito do seu dinamismo e progresso.

Quero acreditar que o acto a que acabam de assistir pode, sem exagero, considerar-se como um dos momentos mais significativos da história portuguesa contemporânea, constituindo ao mesmo tempo para a Europa das Comunidades um passo decisivo de confiança em si própria, de alargamento das suas potencialidades e também de abertura em relação ao exterior.

Para Portugal, a adesão à CEE representa uma opção fundamental por um futuro de progresso e de modernidade. Mas não se pense que seja uma opção de facilidade. Exige muito dos Portugueses, embora lhes abra simultaneamente largas perspectivas de desenvolvimento. Por outro lado, constitui a consequência natural do processo de democratização da sociedade portuguesa, iniciado com a Revolução dos Cravos em 25 de Abril de 1974, e igualmente da descolonização que se lhe seguiu – a qual feita com atraso de vinte anos em relação aos outros países europeus – e, apesar dos traumas e desvios porventura inevitáveis, nos permite hoje mantermos relações fraternas e fecundas com os países africanos de fala oficial portuguesa, todos aliás aderentes à Convenção de Lomé.

A tarefa primordial que nos ocupará a partir de agora será a de reduzirmos cada vez mais a distância que ainda nos separa dos países desenvolvidos da Europa, criando para os Portugueses padrões de vida e de bem-estar verdadeiramente europeus. Para tanto, não há outro caminho. Precisamos de persistir na via que temos trilhado nos últimos dois anos, praticar uma política financeira de rigor e de verdade, lutar pela estabilidade política como elemento essencial de recuperação económica e de modernização e aprofundar as instituições democráticas, designadamente mediante a prática da solidariedade nacional, da concertação social e do diálogo.

O povo português, na sua esmagadora maioria, sabe bem o que a democracia lhe trouxe no plano da cidadania e da dignidade no trabalho, mas também no das realizações materiais. Sabe que uma vivência democrática a nível local, regional e nacional representa um bem de inestimável valor que importa preservar e saber desenvolver em benefício das populações. A democracia pluralista foi em Portugal, como em Espanha, condição imprescindível para a integração europeia. Mas esta, agora conseguida, fixa por forma definitiva o quadro institucional democrático dos dois países peninsulares tão sujeitos no passado recente a desastrosas aventuras ditatoriais.

A palavra será agora conferida às jovens gerações, a quem se abrem exaltantes perspectivas de realização pessoal e de progresso. Principais beneficiários da integração europeia, os jovens terão agora de saber mobilizar-se para a grande tarefa nacional do desenvolvimento e da modernização, por forma a que Portugal venha a ser não só terra de liberdade, de convivência cívica e de tolerância, mas também um espaço de prosperidade, de desenvolvimento científico e tecnológico e de justiça social.

Honro-me de ter sido quem assinou, em nome do Governo da República, o pedido de adesão de Portugal à

CEE, em Março de 1977. Oito anos depois, encerrado o processo das negociações, que foi longo e difícil, mas que finalmente, como todos reconhecem, foi coroado de êxito para Portugal, tenho agora a oportunidade histórica de subscrever o Tratado de Adesão. Conseguimos! Outros deixaram o seu nome associado a um esforço que foi comum aos sucessivos governos constitucionais e que requereu enorme persistência. Desejo aqui referir Sá Carneiro, Amaro da Costa e Mota Pinto para só citar os desaparecidos. Mas não será justo esquecer, neste momento, o nome de Ramalho Eanes que, como presidente da República e durante os seus dois mandatos, sempre se manteve fiel ao grande projecto nacional da integração europeia.

Os últimos dois anos das negociações foram particularmente árduos e esforçados. Cumpre-me realçar a contribuição dos ministros Ernâni Lopes e Jaime Gama e das equipas ministeriais que coordenaram, as quais trabalharam com incansável dedicação e invulgar eficácia. A Comissão de Integração Europeia e o seu presidente António Marta merecem igualmente uma palavra de louvor pelo imenso trabalho realizado e pelo espírito de serviço de que deram provas e que constitui um exemplo a seguir.

De realçar é igualmente a contribuição positiva que deram às negociações os representantes dos governos regionais dos Açores e da Madeira. Nos oito séculos da sua história, Portugal conheceu épocas semelhantes àquela que hoje vivemos, épocas em que um desafio nacional inelutável foi capaz de galvanizar a Nação. É disso que se trata hoje de novo, quando já não há novos mundos a descobrir, mas sim homens e condições de vida a transformar e melhorar e novas tecnologias a desenvolver. Porém, os velhos do Restelo, esses, permanecem envoltos no mesmo negativismo sistemático perante o que é novo, a aventura e o espírito de risco.

Gostaria que as minhas palavras fossem ouvidas pelo povo trabalhador de Portugal, para quem surgem novas perspectivas e potencialidades de progresso e justiça social. Nas mãos dos agricultores, dos operários, dos cientistas, dos homens de cultura, dos empresários, dos quadros, dos intelectuais, dos técnicos, dos artistas e sobretudo dos jovens, de todos os Portugueses em suma, mulheres e homens, está o futuro de Portugal, para cuja construção não faltarão a partir de agora os estímulos e as ajudas necessárias. Não estamos mais isolados. A solidariedade europeia não nos faltará, como hoje aqui ficou comprovado com a presença de qualificados representantes de todos os Estados da Comunidade dos Doze. Mas será no trabalho, na organização e na capacidade de adaptação a novas situações concorrenciais que os Portugueses terão de encontrar a força necessária para a modernização das estruturas produtivas e, mais importante ainda, para a necessária reforma das mentalidades de que falava António Sérgio.

Os próximos anos vão ser de ingente esforço colectivo, não nos iludamos, por forma a assegurar em boas condições a inserção de Portugal no espaço comunitário. Necessitamos de tranquilidade política e de paz social para poder trabalhar a sério e tirar todo o rendimento do trabalho realizado. Não poderemos dar-nos ao luxo de nos dividirmos por questões acessórias. Teremos de nos saber concentrar no essencial, de não dispersar esforços em acções contraditórias, nem ignorar os valores e os homens de prestígio que, efectivamente, temos. Todos seremos necessários. Mas para dar rentabilidade e eficácia a um esforço necessariamente colectivo, teremos de saber manter a estabilidade e a segurança, valores insubstituíveis da vida democrática. Teremos íntimos contactos a todos os níveis com a Europa dos Doze. A experiência representa aí um trunfo de um valor que não é legítimo desconhecer.

Portugal, contudo, não vai só receber com a integração europeia, vai também dar muito de si, vai contribuir com a sua velha cultura e o génio do seu povo para a construção europeia, a que aliás os nossos emigrantes na Europa se encontram associados por forma inapagável há longos anos, Europa da qual a partir de agora virão a ser cidadãos de pleno direito.

A Europa das Comunidades, para nós, não será tão só um mercado comum de bens e de serviços, vemo-la como um espaço de liberdade, de respeito pelos direitos do Homem e de humanismo, mas também como uma entidade política, autónoma e coesa a que competirá uma acção de liderança moderadora na cena internacional em favor da paz. A vocação para o diálogo Norte-Sul que a Comunidade Europeia já possuía fica agora grandemente reforçada com a entrada de Portugal e de Espanha, países cuja história foi tecida no contacto com povos e civilizações de outros continentes que tanto contribuíram para a difusão dos valores europeus no mundo e cujos idiomas são hoje falados por cerca de 400 milhões de seres humanos.

Portugal, para quem os laços de fraternidade com os países africanos de expressão portuguesa e com o Brasil revestem primordial importância, está certo de que a sua entrada na CEE contribuirá para criar um novo dinamismo de cooperação da Europa comunitária com a África e com a América Latina. Seremos igualmente fiéis à nossa vocação atlântica, tendo visto, pelo presente tratado, reconhecidos os nossos direitos sobre uma vastíssima zona desse oceano que tão intimamente conhecemos há séculos e cujas imensas potencialidades importa urgentemente saber explorar.

Minhas senhoras e meus senhores,

permitam-me uma palavra final para os dez países que nos acolhem, para o presidente em exercício da CEE, Bettino Craxi, para o ministro Andreotti e para o presidente da Comissão, Jacques Delors. E permitam-me que aproveite este momento solene para saudar a Espanha, país irmão, aqui representado pelo presidente Felipe González e por outros queridos amigos, no dia em que conosco inicia uma nova e decisiva fase da sua tão longa e riquíssima história. Espanha e Portugal têm seguido destinos quase sempre paralelos, que algumas vezes por forma fugaz se cruzaram, mas com muito mais frequência se desconheceram e se ignoraram. Com a entrada simultânea na CEE, abre-se-nos uma nova fase de cooperação bilateral alargada, baseada no respeito mútuo, na igualdade, na solidariedade de interesses e na reciprocidade de vantagens. Essa é a vontade política dos dois Estados, que a entrada simultânea na Comunidade Europeia vem, não só realçar, como mesmo facilitar.

Reitero a todos os presentes e muito em especial aos convidados estrangeiros os agradecimentos do Governo português pela sua honrosa presença e formulo um último voto: que este dia fique a assinalar na história da Comunidade Europeia uma data de bom augúrio para o futuro europeu, um futuro que desejamos solidário e de unidade, capaz de propiciar aos povos das Comunidades progresso e justiça social e de ser um factor de paz e de estabilidade no mundo conturbado dos nossos dias.

Muito obrigado.